

REDES SOCIAIS E TERRITORIALIDADE NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO

Agripino Souza Coelho Neto

Professor de Geografia Humana na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e
Doutorando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF); e-mail:
ascneto@bol.com.br; agscneto@uneb.br

Resumo: O presente texto coloca-se como pretensão a análise da experiência de um conjunto de coletivos sociais organizados (associações, cooperativas e sindicatos de trabalhadores rurais) formando diversificadas redes de solidariedade e cooperação, que operam em várias escalas geográficas, como estratégias de viabilização de seus propósitos individuais e coletivos. Esse processo ganha corpo a partir do final dos anos 1960, com a atuação das pastorais rurais em um recorte espacial atualmente reconhecido pelas organizações sociais e pelas políticas governamentais brasileiras (Ministério do Desenvolvimento Agrário) como Território do Sisal, caracterizado pela existência de adversidades naturais, políticas e sócio-econômicas que permitiram a conformação da clássica problemática das secas no semi-árido nordestino. Ocupando-se do conceito de redes sociais pretende-se compreender o processo de constituição desses coletivos sociais, a natureza das redes que eles conformam e as especificidades de sua atuação: como eles se apropriam do espaço regional como referência para construção de suas territorialidades, participando com efetividade da gestão territorial, através da ocupação dos canais de participação instituídos pelo Estado. Considera-se a importância da dimensão espacial na compreensão do fenômeno acima descrito, pois, no desenvolvimento de estratégias-rede, os componentes espaciais são acionados como recursos para fortalecer as conexões e laços de horizontalidade e reforço da territorialidade.

Palavras-chave: redes sociais, territorialidade, semi-árido, Território do Sisal.

Introdução

O semi-árido brasileiro é reconhecido por um conjunto de condições fisiográficas, sócio-econômicas e políticas que ofereceram elementos basilares para a construção de interpretações e imagens que conformaram a idéia do Nordeste brasileiro como região-problema. A região foi tema de suas elites e objeto de preocupação nacional pela concepção de pobreza, miséria e atraso sócio-econômico que lhe foi atribuído, repercutindo em intervenções governamentais.

A historiografia brasileira identifica manifestações de reconhecimento da existência de uma região Nordeste desde o Império, geralmente vinculadas ao *lócus* da produção açucareira e a preocupação com os efeitos das secas. A imagem regional veiculada nos noticiários está associada à seca, a fome, a miséria, ao

êxodo rural e a ineficiência dos órgãos governamentais. A existência de clima semi-árido (caracterizado pela irregularidade e baixo volume de chuvas), associado à prevalência de rios temporários (tornando a água um recurso escasso), aliado a caatinga como vegetação predominante, foram elementos acionados para explicação dos graves problemas sociais regionais apresentados nas estatísticas sobre o Brasil. Por outro lado, a preponderância de uma realidade rural, com elevada concentração fundiária e graves problemas de exploração do trabalho no campo, somada aos mais variados indicadores sócio-econômicos desfavoráveis (concentração de renda, baixos índices de escolarização e de desenvolvimento humano – IDH) produziram a idéia de atraso e de subdesenvolvimento.

Há uma vasta literatura que localiza a região Nordeste como a base empírica privilegiada da manifestação dos fenômenos sociais e políticos marcantes na formação da sociedade brasileira. A realidade política regional é caracterizada por uma tradição marcada pelo coronelismo, patrimonialismo e clientelismo político que engendrou a subordinação das massas populares às elites locais/regionais.

As características acima arroladas foram objeto de uma diversidade de re-interpretações, alimentando a produção de uma expressiva, tradicional e generalizante representação do Nordeste brasileiro, cuja significação continua a povoar o imaginário social, mesmo com a realização e divulgação de estudos que apontam outras possibilidades de compreender essa realidade macro-regional brasileira. Integrou esse universo representacional a percepção da produção de conformismo e passividade social, desdobrado na posição de dependência e submissão das massas populares interioranas aos favores políticos das lideranças políticas tradicionais do campo e ao assistencialismo e proteção social do Estado.

Essas representações compõem a leitura mais geral sobre o semi-árido baiano e aplica-se para o recorte espacial reconhecido como região sisaleira da Bahia¹ que o integra. Essa delimitação foi estabelecida em decorrência do papel estruturador da cadeia produtiva do agave sisalana² (o sisal), cuja expansão

¹ Denominação estabelecida em regionalização do estado da Bahia elaborada pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) e reproduzida no plano do cotidiano da população e nas ações das organizações da sociedade civil.

² Planta originária da península de Yukatan, no México, trazida para a Bahia, por Horácio Urpia Júnior (PINTO, apud SOUZA, 2007), que conformou

geográfica e importância econômica como atividade produtiva, foram elementos fundamentais no processo de conformação do espaço regional.

Esse recorte regional, predominantemente rural, é reconhecido pelos graves problemas de exploração do trabalho no campo e pelos acidentes de trabalho provocados pelo beneficiamento do sisal³. Apresenta os piores indicadores de desenvolvimento econômico e, sobretudo, de desenvolvimento social do estado da Bahia⁴. A constatação de amplo predomínio nas prefeituras municipais, nas últimas três décadas, das forças políticas da extrema direita baiana (extintos Partido Democrático Social/PDS, Partido da Frente Liberal/PFL, atual Democratas/DEM) ajuda explicar a marca do autoritarismo e do conservadorismo político⁵.

Nesse cenário submetido a adversidades naturais e controlado pelos esquemas de clientelismo político, aliado a um conjunto de indicadores sócio-econômicos negativos, têm emergido nas últimas quatro décadas, novas dinâmicas que apontam a proliferação de movimentos sociais e de diversas outras modalidades organizativas da sociedade civil, que têm reescrito a história regional, empreendendo uma luta pela garantia de maior participação política e buscando alternativas de sobrevivência e reprodução social, confrontando, assim, com a idéia de passividade e conformismo atribuída às populações rurais do semi-árido. Observa-se a intensificação de fenômenos como o sindicalismo, o associativismo, o cooperativismo e a criação de outras formas organizacionais, constituindo-se em coletivos sociais organizados, que passam a construir um processo mobilizatório e organizativo e potencializando seus efeitos em distintas direções.

A ordem de preocupações das pesquisas realizadas sobre a Região Sisaleira da Bahia dirigiram-se para compreensão dos problemas dos “mutilados do sisal” e do trabalho infantil no campo. Alguns estudos têm apontado o processo gradativo de organização da sociedade civil. Oliveira (1987) constatou o processo de organização econômica das unidades familiares de produção, identificando crescente participação política dos camponeses nas micro-regiões de Feira de Santana e Serrinha a partir dos anos 1970, resultando na modernização da vida econômica de

³ Há diversas reportagens, estudos e documentários focalizando a situação do grande contingente de trabalhadores vitimados pelas máquinas de beneficiamento do sisal (os chamados “mutilados do sisal”).

⁴ Os indicadores de desenvolvimento social e econômico (IDS e IDE) são elaborados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) para os municípios e regiões da Bahia.

⁵ Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2006).

suas unidades de produção. Os estudos mais recentes (NASCIMENTO, 2000; SANTOS, 2007; SILVA, 2008) têm analisado os desdobramentos das ações de alguns coletivos organizados com atuação mais expressiva e com resultados mais efetivos em âmbito regional.

Os diversos estudos realizados apontam os indícios do fenômeno que estamos querendo focalizar, embora, avaliem os efeitos mais pontuais e circunscritos das ações de alguns poucos coletivos sociais organizados. Todavia, nossos estudos sinalizam que as transformações territoriais, políticas, institucionais e organizacionais que se processaram nesse recorte espacial não é produto de agentes isolados, mas, de um profundo entrecruzamento das histórias dos coletivos sociais organizados através de processos complexos e densos que se reforçam, se alimentam e se imbricam. É possível encontrar um fio condutor e de agregação, que permite identificar as convergências das lutas e as reciprocidades que conferem uma direção comum a esse movimento da história: a luta contra os mecanismos de exploração do trabalho e apropriação da renda da terra dos camponeses, efetivada pelos grandes proprietários e comerciantes que se confundem com as lideranças políticas, mas, também, uma busca por alternativas endógenas de sobrevivência e reprodução social. A identificação de convergências de ação não ignora a existência de dissonâncias, conflitos e a divergência de idéias, escolhas, caminhos e projetos no seio do movimento popular que se organiza na Região Sisaleira da Bahia.

Considerando os indicativos da realidade empírica delimitada por este trabalho, estamos realizando uma aposta na utilização do conceito de redes (e mais especificamente de redes sociais) como aporte teórico para pensar as transformações que se registram nas últimas décadas na Região Sisaleira da Bahia e que no âmbito deste trabalho estamos propondo chamar de emergências.

Redes sociais: aproximações conceituais e manifestações empíricas

A rede é um daqueles termos que encontrou uma ampla propagação na contemporaneidade, especialmente no chamado período técnico-científico-informacional, como cunhou Santos (1994). A difusão alcançada pelas redes, no plano de sua existência material, com a intensificação dos diversos tipos de fluxos (pessoas, mercadorias, capitais e informações), permitiu a Castells (2003) fazer uma

leitura da arquitetura espacial da sociedade contemporânea, configurada como um “espaço de fluxos” e considerar que vivemos em uma “sociedade em rede”.

Verifica-se uma intensificação de seu uso como metáfora para representar a organização espacial da sociedade e como conceito formulado para compreensão do real. Diversos campos disciplinares tem se apropriado do termo para realizar uma interpretação de uma variada gama de fenômenos de naturezas distintas. Desse modo, as redes foram acionadas para explicar o funcionamento do cérebro e da circulação sanguínea no corpo humano, a articulação das infra-estruturas de circulação no território, a dinâmica das bacias hidrográficas, as relações funcionais entre as cidades, os grandes sistemas técnicos de energia, transportes e comunicação, a operação mundializada das redes financeiras, os circuitos espaciais de produção flexível das grandes corporações, a articulação dos movimentos sociais na sociedade globalizada, ou seja, uma quase inumerável manifestação de fenômenos técnicos, sociais, políticos, econômicos, naturais e espaciais.

Essa difusão ampliada da utilização da palavra e do seu sentido é objeto de problematização realizada por Santos (1996), destacando a polissemia, o afrouxamento de sentido e a popularidade que a palavra rede alcançou, alertando sobre o risco das imprecisões e ambigüidades. A necessidade de rigor epistemológico talvez explique a tendência recorrente nos estudos que adotam a rede como conceito-chave. Trata-se do recurso à adjetivação como estratégia de qualificação do conceito, que parece cumprir a tarefa de delimitação do seu emprego a fenômenos bastante distintos. Constata-se a proliferação dos conceitos: redes geográficas (CORRÊA, 2001), redes técnicas (DIAS, 1995; SANTOS, 1996), redes urbanas (CORRÊA, 1989, 2001), rede regional (HASESBAERT, 1997), redes políticas (LIMA 2005), redes sociais (SCHERER-WARREN, 1993, 2007), redes estratégicas e redes solidárias (RANDOLPH, 1994), redes organizacionais (VALE, 2007). Esses são alguns mais recorrentes adotados no campo das humanidades.

Mesmo um conceito mais específico como o de redes sociais tem sido convocado por diferentes áreas do conhecimento para leitura de processos sociais distintos, como na investigação das redes de apoio para o enfrentamento de doenças crônicas, no campo da psicologia e das ciências da saúde; ou na compreensão da constituição dos laços sociais estabelecidos a partir das redes de

parentesco e vizinhança, na antropologia; e nos estudos das ações coletivas e nas estratégias de operação dos movimentos sociais, na sociologia.

Scherer-Warren (2007) identifica dois paradigmas das redes sociais no âmbito das ciências sociais. Os trabalhos pioneiros a partir da década de 1950, priorizavam a análise da estrutura ou sistemas sociais. Havia uma preocupação nomotética nos propósitos de identificação e descrição de padrões regulares na estrutura social e na formulação de leis gerais. A teoria dos grafos e a sociometria eram as técnicas de suporte que foram sendo atualizadas a partir da década de 1970, com as inovações nas tecnologias computacionais e na análise combinatória. O segundo paradigma está centrado no estudo das ações coletivas e de movimentos sociais, buscando “entender a dinâmica das redes e seus significados na mudança social” (p. 35). Essa perspectiva, de caráter idiográfico, se apóia nos métodos tradicionais da etnografia, nos estudos de casos e na abordagem dos processos históricos.

Dias (2007) reforça o caráter social das redes, buscando contrapor a vertente que analisa o fenômeno apenas pelo prisma técnico, pois, os mais variados agentes sociais, indivíduos, grupos, instituições ou firmas desenvolvem estratégias de toda ordem – políticas, econômicas, sociais e territoriais – organizando-se em redes. A autora sugere que a lógica territorial deve ser pensada como resultado de mecanismos endógenos, articulando agentes por laços de proximidade espacial – e porque não dizer, de solidariedades – materializados nos lugares, mas também, incorporando a dinâmica dos mecanismos exógenos, “que fazem com um mesmo lugar participe de várias escalas de organização espacial” (p.20).

Loiola e Moura (1997) consideram que as expressões redes de movimentos, redes sociais e redes de solidariedade encontram-se vinculadas aos estudos dos movimentos sociais. Nesses casos, a idéia de rede corresponderia as:

[...] articulações/interações entre organizações, grupos e indivíduos vinculados a ações/movimentos reivindicatórios (ONGs, associações, sindicatos, etc), visando à mobilização de recursos, ao intercambio de dados e experiências e à formulação de projetos e política (p. 56).

Scherer-Warren (2007) nos informa sobre a apropriação das redes pelos movimentos sociais, como estratégias de comunicação e empoderamento da sociedade civil, propiciando a articulação política dos grupos sociais na contemporaneidade, sejam como sujeitos de resistência ou como propositores de

políticas públicas. Nesse sentido, as redes assumem duas perspectivas distintas, como forma organizacional ou como estratégia de ação e de inter-relação com outros poderes instituídos, em face das possibilidades de estabelecimento de relações mais horizontalizadas, descentralizadas e democráticas.

A idéia de rede como conceito propositivo utilizado por atores coletivos e movimentos sociais refere-se a uma estratégia de ação coletiva, i.é, a uma nova forma de organização e de ação (como rede). Subjacente a essa idéia encontra-se, pois, uma nova visão do processo de mudança social – que considera fundamental a participação cidadã – e da forma de organização dos atores sociais para conduzir esse processo (SCHERER-WARREN, 1999, p.24).

No recorte espacial objetivado por esta pesquisa, as redes constituem-se em importante estratégia de operação dos coletivos organizados, constituindo-se em formas organizacionais que viabilizam a cooperação política e produtiva, nas quais os indivíduos formam organizações-rede como os sindicatos, associações, cooperativas, ONG's estruturadas em torno de objetivos comuns. No entanto, esse processo organizativo adquire outros desdobramentos que ultrapassam as limitações do simples agrupamento de indivíduos organizados na escala local. Observa-se a construção de laços entre diversas organizações sociais localizadas em diversos pontos da Região Sisaleira, conformando várias redes de organizações que estabelecem elos tomando a escala regional como base de articulação. Essas estratégias em rede criam uma sinergia, fortalecem os sujeitos e potencializam suas ações, abrindo possibilidades de viabilizar seus projetos. Os coletivos organizados como redes, constroem e participam de outras redes e ampliam a potência de realização de seus propósitos, valendo-se da escala de organização e atuação.

A experiência mais expressiva é atribuída à Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira, criada em 1980, como entidade regional (denominado como Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia - APAEB). Na década seguinte empreende um processo de municipalização em decorrência da percepção dos associados da existência de excessiva centralização administrativa e da necessidade de autonomia das unidades locais (NASCIMENTO, 2000). Sua criação representa uma resposta aos problemas concretos à produção e comercialização dos produtos da agricultura camponesa, prisioneira da ação de intermediação que capturava a renda da terra e, dos desafios enfrentados com a legislação tributária no que concerne a taxaço dos produtos agrícolas.

No plano do cooperativismo, destaca-se a experiência da Cooperativa Valentense de Crédito Rural (COOPERE), formalmente fundada em 1993, como desdobramento da atuação da APAEB-Valente. A cooperativa está sediada no município de Valente (BA) e possui agências em outros seis municípios do semiárido baiano. A COOPERE iniciou suas atividades com 20 cooperados, alcançando o número de 10.583 no ano de 2006⁶. As cooperativas têm desenvolvido estratégias de fortalecimento através da formação de redes regionais e nacionais que conferem maior densidade aos fluxos de informações e recursos, ampliando as possibilidades de operação. Nessa direção, a COOPERE, passou a integrar o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), no ano de 1998, vindo a denominar-se SICOOB-COOPERE. Na escala regional, foi fundada em 1996, a Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar (ASCOOB), constituída pela iniciativa da COOPERE e de outras cooperativas de crédito sediadas no semiárido baiano.

No campo do sindicalismo rural, foi criada em 1996, a Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal (FATRES). Esse processo foi iniciado na década de 1970, com a gradativa ocupação dos sindicatos de trabalhadores rurais, capturados e aparelhados pelas elites políticas locais. A FATRES é uma organização formada por 16 sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios do Território do Sisal atuando na articulação e assessoramento dos STRs filiados e apoiando em suas relações com outras entidades regionais da sociedade civil⁷.

A formação de redes de articulação e cooperação é uma estratégia adotada pelos coletivos organizados da Região Sisaleira, reforçando a compreensão de sua importância para a efetivação dos projetos coletivos. As cooperativas, associações e sindicatos são organizações-rede, na medida em que são criadas como estratégia de organização de indivíduos que buscam através dos vínculos estabelecidos construir nexos, potencializarem suas ações e viabilizarem seus projetos. No entanto, observamos o crescimento de diversificadas e complexas formas organizacionais que se articulam simultaneamente em múltiplas escalas. Marcon e Moinet (2001, p. 138) admitem a existência de uma “estratégia-rede” como uma via

⁶ As informações foram obtidas em 25 de fevereiro de 2008 no endereço eletrônico: <http://www.sicoobcoopere.coop.br/internas.php?pg=cooperativa>

⁷ As informações foram obtidas em 25 de fevereiro de 2008 no endereço eletrônico: <http://www.fatres.org/index.php>

escolhida pela “organização em rede como modo de mobilização de um conjunto de atores independentes a serviço de uma causa considerada estratégica”

Nessa perspectiva, pode-se interpretar a criação da Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia (Arco Sertão), organização criada em 2002 pela iniciativa de “entidades representativas de agricultores familiares, de assentados de reforma agrária e instituições de apoio à organização popular” (ARCO SERTÃO, 2003, apud LIMA, 2009, p. 73) de 13 municípios, sendo 9 pertencentes ao Território do Sisal, cujas ações encontram-se estruturadas em dois eixos: apoio a comercialização e articulação político-institucional. A Arco Sertão articula os interesses políticos e produtivos de associações e cooperativas e participam de outras redes regionais e nacionais de economia solidária.

Outra experiência que reforça nossas hipóteses de trabalho, reside na criação da Associação de Rádios e TVs comunitárias do Território Sisaleiro (ABRAÇO-SISAL), em 2004. Essa entidade constitui-se em uma rede que articula 15 meios de comunicação, de natureza comunitária, sediados em 15 municípios da Região Sisaleira, que estabeleceu como objetivo: “defender e representar legalmente as associações de comunicação comunitária dentro do território sisaleiro para melhor contribuírem com a construção do desenvolvimento no semi-árido baiano”⁸. Trata-se de mais um exemplo que demonstra a percepção da força da formação de redes como estratégia de empoderamento que se apóia na captura de elementos do espaço regional como componente aglutinador e de constituição de referência.

Esse fenômeno organizativo da sociedade civil, assumindo a forma de redes, apresenta como característica (alguns casos) um movimento que parte das experiências e iniciativas locais e vai compondo formas organizacionais novas em escalas geográficas mais amplas, tecendo uma rede de relações de cooperação que entrelaçam o local, o regional, o nacional e o global (alguns canais de recursos advêm desta última escala). As redes regionais construídas viabilizam a articulação dos sujeitos individuais e coletivos, favorecendo a circulação de informações, as trocas de experiências, de um *savoir-faire*, permitindo também, por outro lado, a construção de nexos identitários vinculados a idéia de pertencimento territorial

⁸ As informações foram obtidas em 01 de outubro de 2010 no endereço eletrônico: <http://www.abracosisal.org.br/>

(nesse caso ao "Território do Sisal"⁹). Marcon e Moinet (2001, p. 131) reconhecem o "processo de aprendizagem coletiva que se opera no campo de ação coletiva", possibilitando a criação de formas de convivência, de visões compartilhadas e de preferência por certos tipos de práticas que podem orientar esse a aprendizagem.

As redes sociais que se organizam na Região Sisaleira podem ser pensadas como forças centrípetas, como elementos de agregação e convergência de ações e de viabilização de projetos locais/regionais que possibilitam a construção de territorialidades. Estas consideradas não apenas como um reflexo da relação entre sociedade e espaço, mas como um recurso fundamental acionado pelos coletivos sociais em suas estratégias de organização, articulação e de operação. Assim, sustentamos como proposição, que o conceito de territorialidade possui centralidade para compreensão do fenômeno de formação das redes sociais que se configura no semi-árido baiano, mais especificamente na Região Sisaleira da Bahia.

A territorialidade como estratégia espacial das redes sociais

O conceito de territorialidade é uma derivação do clássico conceito de território. Anunciar sua atualidade e intensidade de uso pode ser uma obviedade, tamanha a explosão que o conceito experimentou nas últimas duas décadas no Brasil. Seus diversificados usos recobrem vários campos da sociedade, podendo ser observados nas formulações da ciência, nas aplicações da política e planejamento governamental, e nas apropriações realizadas pelos movimentos sociais.

No caso da Geografia, observa-se a ampliação do debate teórico e a multiplicação das formulações desse conceito, que tem adquirido um caráter cada vez mais operacional, em virtude de seu uso crescente nos estudos interpretativos da realidade. As discussões têm questionado as amarras espaciais e temporais a que esteve submetido, cujo uso predominante esteve vinculado à existência do Estado nacional. As territorialidades passaram a ser identificadas em perspectivas outras, não apenas remetidas à materialidade da política, mas vinculadas (e/ou incorporando) a dimensão simbólica do real. O fenômeno territorial também começa

⁹ "Território do Sisal" é a denominação estabelecida pelos coletivos sociais organizados da Região Sisaleira da Bahia, no processo de implantação da Política de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário que culminou com a elaboração de uma regionalização do Brasil em "territórios rurais", depois transformados em "territórios da cidadania".

a ser reconhecido como produto das relações sociais de poder que se manifesta nas ações dos mais variados agentes sociais e não apenas como produto da ação estatal. Nessa direção, multiplicaram-se os estudos sobre a territorialidade das empresas, das organizações da sociedade civil, e dos diversos grupos sociais.

A aplicação do conceito de território encontrou aplicação no âmbito da política e planejamento governamental, sendo utilizado na França com a adoção do ordenamento territorial, originado na escola do *aménagement du territoire*, vinculada a geografia regional francesa da década de 1960. No caso brasileiro, esteve vinculada inicialmente ao “instrumental técnico-teórico da doutrina de governo, hoje denominado ‘nacional-desenvolvimentismo’” (MORAES, 2003, p. 44), associado às teorias cepalinas e as bandeiras do desenvolvimento econômico, a superação das desigualdades regionais e a promoção do bem-estar-social. O território, associado à atuação do Estado-nação, implementando políticas nacionais de desenvolvimento.

A aplicação mais contundente se verifica em 2003, com a implantação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PNDSTR), proposto pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). A concepção de política e gestão territorial que fundamenta o PNDSTR encontra-se centrada na construção de uma nova institucionalidade que recebe o nome de território, apoiando-se na idéia de promoção do desenvolvimento territorial, no estabelecimento do espaço rural como foco de atuação, e da gestão social como princípio que pretende garantir o envolvimento da sociedade civil no processo de construção política.

O conceito de território também encontrou amparo nos debates e nos discursos dos movimentos sociais, que têm se apropriado dele para formulação de estratégias de luta e reivindicação de seus direitos. Almeida (2004) discute o papel do processo de territorialização nas lutas dos movimentos sociais, como componente de reconhecimento político dos agentes sociais e de suas “‘terras tradicionalmente ocupadas’”¹⁰. Para o autor, as “comunidades tradicionais” expressam formas diversificadas de organização social e de apropriação dos

¹⁰ As “terras tradicionalmente ocupadas” equivalem às formas de reconhecimento das diferentes modalidades de apropriação dos recursos naturais, contemplando uma diversidade de figuras jurídico-formais. O autor trabalha com algumas categorias: Povos Indígenas, Quilombolas, Seringueiros e castanheiros, Quebradeiras-de-coco babaçu, Pescadores, Ribeirinhos, Atingidos por Barragens, Fundos de Pasto e Faxinais (ALMEIDA, 2004).

recursos da natureza que conformam territorialidades específicas, estabelecidas através de relações de poder e na afirmação de identidades. Nesse sentido a territorialidade é um fundamento desse processo de luta e afirmação, um componente acionado pelos grupos sociais.

No âmbito deste trabalho, concebemos a territorialidade como condição inerente à vida social, permite depreender múltiplas manifestações possíveis, construídas nas ações de indivíduos, Estados, empresas, instituições e uma variada gama de grupos sociais, nas mais diversificadas escalas e contextos. Informados pela diversidade de manifestações do real, diversificadas possibilidades se apresentam para o trabalho de teorização, reconhecendo a singularidade dos contextos em sua complexidade geo-histórica, pois, pensar a territorialidade deve

Além de sua enorme variação histórica, precisamos considerar sua variação geográfica: obviamente territorializar-se para um grupo indígena da Amazônia não é o mesmo que territorializar-se para os grandes executivos de uma empresa transnacional (HAESBAERT, 2004, p. 97).

Assim, sugere-se pensar a territorialidade como uma relação que se estabelece entre a sociedade e o espaço, implicando numa apropriação material e/ou simbólica, nos termos de Haesbaert (2004), assegurando, em consequência, a reprodução da vida material. A formação de territórios seria um componente essencial para realização da vida social; e a territorialização um processo de marcação do espaço pela sociedade. Os territórios são inscrições espaciais da sociedade conformadas no âmbito das relações sociais.

Os sujeitos individuais e coletivos organizados territorialmente apropriam-se e conferem significados particulares ao espaço regional. Isto envolve um conjunto de aspirações, valores, interesses e um modo de compreensão de mundo e de sua espacialidade. Envolve um conjunto de práticas, de relações com seu espaço de vivência e um processo de identificação com seu território, ingredientes que não podem ser ignorados na compreensão dessas territorialidades.

A elaboração do “Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sisal” no âmbito do CODES-SISAL, informa um modo de apropriação da idéia de território assentada na identidade regional. O espaço regional é apropriado como espaço de referência, como nexos identitários que permitem aos coletivos organizados pensar a idéia de desenvolvimento na escala regional. Ele corresponde a um

documento de intenções, diagnóstico da realidade, estabelecimento de princípios de ação, de prioridades políticas e de alternativas de soluções compartilhadas.

Os coletivos sociais organizados se apropriam de elementos do contexto regional que são tomados como referências espaciais para elaboração de sentidos e para o desenvolvimento de estratégias. Essa perspectiva é observada nas nomeações das entidades e dos produtos regionais, e na própria denominação de “Território do Sisal” estabelecida no âmbito da política territorial do MDA. Na elaboração do planejamento estratégico das organizações sociais aparecem as referências espaciais através do estabelecimento das missões, visões e objetivos organizacionais. Elas (as referências espaciais) encontram-se fortemente presentes também nos discursos das lideranças e nos mecanismos comunicacionais operados.

Esses dados nos permitem inferir sobre o papel da territorialidade como importante estratégia espacial desenvolvida pelas redes de coletivos sociais organizados. A territorialidade aqui concebida como uma relação que se estabelece entre a sociedade e o espaço, implicando numa apropriação material e/ou simbólica (HAESBAERT, 2004), assegurando a reprodução da vida material. Assim, a formação de territórios seria um componente essencial para realização da vida social. A territorialidade enquanto forma como a sociedade, ou mais especificamente os grupos sociais, se organizam no espaço, sendo, desse modo, como definiu Sack (1986, p. 5): “(...) o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados”. A territorialidade considerada com uma condição que “está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (p. 2). Desse modo, o que estou propondo chamar de territorialidade dos coletivos sociais organizados na Região Sisaleira da Bahia são os nexos que os coletivos organizados construíram entre si e com o espaço regional, permitindo-lhes uma apropriação e uma significação que os possibilita construir novas formas de reprodução social.

A atuação dos coletivos organizados da sociedade civil, instituindo espaços formais ou não de relações, identificando e discutindo problemas comuns, elaborando projetos e pensando ações coletivas que tem no recorte regional seu espaço-referência, um processo de construir ligações, nexos, de tecer relações sociais que agrupam os sujeitos sociais e produzem uma territorialidade.

A densidade organizativa da sociedade civil no Território do Sisal, conformando um espesso e articulado tecido associativista, cooperativista e sindical, criou condições potenciais de intervenção social que vêm se manifestando na produção de um conjunto de desdobramentos. Os coletivos organizados concluíram sobre a necessidade estratégica de participação nos processos decisórios que se configuram nas arenas de construção das políticas governamentais, migrando da posição de receptáculos passivos da ação assistencialista de caráter temporal e espacialmente pontual, para investidas mais efetivas nos espaços de participação.

O exemplo de maior envergadura talvez possa ser atribuído a experiência de criação do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia (CODES-SISAL), no ano de 2002. Esse conselho é gestado no bojo do movimento de mobilização e organização que se materializa na região sisaleira, constituindo-se como resposta dos coletivos sociais organizados às demandas de ações mais articuladas no plano regional.

Uma parte da história do nosso projeto político do Território do Sisal se vê concretizado neste Plano, e por isso vale a pena destacar a importância do apoio vindo da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, da Coordenação Estadual de Territórios CET, no sentido de orientar um debate e a intervenção em torno de dimensões territoriais, antes pouco claras. Mais destacamos, também, que a nossa história tem sentido e influências oriundas da Diocese (destaque para alguns padres e freiras que por aqui passaram e deram a sua contribuição), do movimento sindical, cooperativista, associativista (APAEB's, CEAIC, ASCOOB), assentamentos de Reforma Agrária, do MOC, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais e das Rádios Comunitárias. E ainda o apoio da CESE; CONTAG; CERIS; CUT, das Secretarias de Agricultura dos Municípios (CODES-SISAL, 2007, p. 7).

Valendo-se da instituição da política territorial do MDA, o CODES/SISAL tem ocupado um papel relevante na aglutinação das aspirações e das propostas de desenvolvimento territorial, constituindo-se num colegiado que articula uma rede diversificada de agentes territoriais, com seus conflitos, valores, propósitos e interesses, inerentes ao exercício da política. O colegiado territorial é composto pelas 20 prefeituras municipais, 4 órgãos governamentais, 24 entidades da sociedade civil (associações, cooperativas, sindicatos de trabalhadores rurais e organizações não governamentais consideradas como entidades de apoio) e 1 empresa de transportes rodoviários (CODES-SISAL, 2007).

Há uma posição de flagrante preponderância dos coletivos sociais organizados na ocupação do colegiado territorial, expressa em uma maior participação nas reuniões (presença e posicionamento nos debates e decisões), mas, também, na direção dos encaminhamentos. Os eixos, programas e projetos definidos no âmbito do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sisal (elaborado em 2007) sugerem essa interpretação ao estabelecer como bandeiras: o fortalecimento da agricultura familiar, o acesso e permanência na terra, as ações de infra-estrutura baseada na moradia popular e eletrificação rural, o desenvolvimento de ações de comunicação dos movimentos populares, a educação do campo e a educação ambiental.

Nesse sentido, é possível pensar as territorialidades como estratégias espaciais acionadas pelos coletivos sociais organizados que operam na Região Sisaleira da Bahia, cujas tramas/tessituras conformam também territorialidades, que tem nas redes de relações sua base de afirmação e de fortalecimento. As redes neste sentido jogam no caminho da construção de territorialidades, mas, também, são vetores de reconfiguração dos territórios. A territorialidade se manifesta nos modos de produção social materializados na organização política e produtiva, nos mecanismos de participação política na gestão territorial e nos novos significados atribuídos ao espaço, condições que, imbricadas permitem a construção de novos horizontes para os sujeitos territoriais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. W. B. de. Terras Tradicionalmente Ocupadas: Processos de Territorialização, Movimentos Sociais. **Revista Brasileira de Estudos urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, Maio, 2004.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- CODES-SISAL. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sisal**. Valente: CODES-SISAL, 2007.
- CORRÊA, R. L. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. **Trajetórias Geográficas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E. de (Org). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- _____. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (Orgs.). **Redes, Sociedades e Território**. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 2007.
- HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói EdUFF, 1997.

- _____. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LIMA, I. G. de. **Redes Políticas e Recomposição do Território**. 2005. 198 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- LIMA, J. S. **Redes e Territorialização: um estudo da Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia**. 2009. 104 f. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade do Estado da Bahia, Serrinha, 2009.
- LOIOLA, E.; MOURA, S. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: FICHER, T. (org.). **Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- MARCON, C.; MOINET, N. **Estratégia-rede: ensaio de estratégia**. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.
- MORAES, A. C. R. Ordenamento territorial: uma conceituação para o Planejamento estratégico. **Anais** da Oficina sobre Política Nacional de Ordenamento Territorial. Brasília: MIN/SDR, 2003.
- NASCIMENTO, H. M. **Capital Social e Desenvolvimento Sustentável no Sertão baiano: a Experiência de Organização dos Pequenos Agricultores do Município de Valente/BA**. 2000. 117 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- OLIVEIRA, I. F. **A luta pela autonomia e a participação política de camponeses: um estudo nas micro-regiões de Feira de Santana e Serrinha no Estado da Bahia**. 1987. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1987.
- RANDOLPH, R. Sociedade em rede: paraíso ou pesadelo? Reflexões acerca de novas formas de articulação social e territorial das sociedades. **Geographia**, Niterói, v.1, n.2, 1999.
- SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. London: Cambridge University, 1986.
- SANTOS, E. M. C. **Associativismo e Territorialidade na Região Sisaleira da Bahia: relações com o desenvolvimento**. 2007. 295 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2007.
- _____. **Técnica, Espaço e Tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Edusp, 1994.
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 1996.
- SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.
- _____. Redes sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L.L. (Orgs.). **Redes, Sociedade e Território**. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 2007.
- SILVA, S. L. da **A gestão social no Território do Sisal: uma análise do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do estado da Bahia – Codes Sisal**. 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional). Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2008.
- VALE, G. M. V. Redes organizacionais e desenvolvimento territorial. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 3, p. 74-98, set./dez., 2007.